

Assim, propõe-se que não seja exercido o direito de preferência.

A Câmara, depois de analisar o assunto em epígrafe e concordando com o teor da informação prestada pela Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana, em 2008/07/21, **deliberou por unanimidade** ratificar o despacho da Senhora Presidente, datado de 2008/07/22, e não exercer o direito de preferência referente à aquisição em causa.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

4.2. Atribuição das Comparticipações Financeiras do Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico (PRECH) e Minuta do contrato de concessão de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Leiria e os beneficiários.

DLB N.º 0993/08 | Presente a informação da Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana que se transcreve:

«De acordo com o estipulado no Regulamento do Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico (PRECH) e da Acta n.º 2 da Comissão de Acompanhamento verificou-se que os candidatos abaixo descritos reuniram as condições para a atribuição das contribuições financeiras do referido programa, constando do processo todo o procedimento legal que esteve na base da fundamentação.

De acordo com a alínea 2 do artigo n.º 17.º do Regulamento do Programa, os candidatos: Joana Rute Esperança da Silva; Rui Manuel Godinho Ribeiro; Ilda da Silva Costa e Zeferino Ferreira Lourenço aceitaram as condições do financiamento.

De acordo com o artigo n.º 18.º do Regulamento do Programa, compete à Câmara Municipal decidir sobre a atribuição da comparticipação e que consta das Grandes Opções do Plano, código da classificação económica 06/080802-0102-2006I 227” .

Beneficiários	Valor da contribuição do Município	Cabimento
Joana Rute Esperança da Silva	€17.543,07	PRC. 2874/08
Rui Manuel Godinho Ribeiro	€21.785,24	PRC. 2876/08
Ilda da Silva Costa	€3.225,90	PRC.2877/08
Zeferino Ferreira Lourenço	€5.389,02	PRC 2878/08

De acordo com o artigo 19.º do Regulamento do Programa, a atribuição das comparticipações financeiras será formalizada através de contrato escrito a celebrar entre o Município de Leiria e o beneficiário ou beneficiários.

Presente a Minuta de Contrato de concessão de apoio financeiro do Programa PRECH, a celebrar entre o Município de Leiria e o beneficiário ou beneficiários, cujo teor a seguir se transcreve.

«CONTRATO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DO PROGRAMA PRECH – PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO CENTRO HISTÓRICO

Entre o Município de Leiria, com sede no Largo da República, na cidade de Leiria, N.I.P.C. 505 181 266, representado pela Presidente Câmara Municipal de Leiria, Isabel

Damasceno Vieira de Campos Costa, no uso dos poderes conferidos por deliberação camarária de 5 de Agosto de 2008 como primeiro outorgante e o _____, natural de _____, freguesia de _____-_____, concelho de _____, contribuinte fiscal número _____, residente em _____, freguesia de _____, concelho de _____, como segundo outorgante, é celebrado o presente contrato de concessão de apoio financeiro do programa “PRECH – Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico”, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

O presente contrato tem por objecto a concessão pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante de uma comparticipação financeira, no montante € _____ (_____), incluindo IVA à taxa legal em vigor, destinada a obras de beneficiação, remodelação, renovação, restauro ou reparação em superfícies e elementos exteriores no seu imóvel, sito na _____, deste Concelho, nos termos do Regulamento do Programa PRECH – Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico, da Câmara Municipal de Leiria.

Cláusula Segunda

1. A entrega das importâncias até ao montante global da comparticipação anteriormente referida, serão efectuadas pela Câmara Municipal de Leiria, ao segundo outorgante, mediante a respectiva fiscalização para confirmação da realização dos trabalhos.
2. O pagamento da comparticipação será efectuado logo que as obras estejam concluídas, mediante requerimento do interessado e após vistoria e respectivo relatório elaborado pela Comissão prevista no artigo 16.º do Regulamento Municipal do Programa.
3. A liquidação da comparticipação financeira poderá, no caso do requerente estar ao abrigo da situação indicada no n.º 3 do Artigo 5.º e a seu pedido, ser efectuada em três prestações, da seguinte forma:
 - a) A primeira fracção, até 15%, sob a forma de adiantamento, após a confirmação do início da obra;
 - b) A segunda fracção, de 50%, mediante prova de conclusão de 50% dos trabalhos executados;
 - c) A terceira fracção, com o valor do remanescente por liquidar, após a emissão da licença de utilização, nos casos em que se aplique, ou confirmação da conclusão dos trabalhos pelos serviços da Câmara Municipal.
4. O não cumprimento pontual por parte do beneficiário de qualquer das obrigações para si resultantes do presente contrato de reabilitação, confere à Câmara Municipal o direito de suspender o pagamento de qualquer parcela ainda a entregar a título de comparticipação a fundo perdido e a resolver o presente contrato.

Cláusula Terceira

1. O orçamento aprovado inclui todos os trabalhos e serviços necessários à completa realização da obra.
2. A Câmara Municipal de Leiria reserva-se o direito de proceder à apreciação técnica da oportunidade das alterações extraordinárias às obras em curso, designadamente trabalhos a mais e revisão de preços, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula Quarta

A Câmara Municipal de Leiria poderá, se assim o entender, ficar proprietária dos materiais substituídos, designadamente telhas, cantarias, etc. ficando esta responsável pela sua recuperação, limpeza, transporte e arrumo.

Cláusula Quinta

Durante a realização das obras, os beneficiários e empreiteiros obrigam-se à fixação de cartaz indicado pela Câmara Municipal de Leiria, em local visível e resguardado dos trabalhos. A sua localização, formato e especificações são determinadas pela Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana.

Cláusula Sexta

1. Será ainda entregue ao promotor pela Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana uma declaração tipo, a qual autorizará a realização das obras, uma vez que estas se integram no Programa PRECH – Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico.
2. Esta declaração deverá ser exibida sempre que qualquer fiscal municipal o solicite.

Cláusula Sétima

Todas as dúvidas e omissões decorrentes da aplicação do presente contrato serão solucionadas por acordo das partes, com recurso às normas regulamentares e legais em vigor.

Cláusula Oitava

Faz parte integrante do presente Contrato o disposto no Regulamento do Programa PRECH – Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico, aprovado na sessão de Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2006.

O presente contrato está isento do Imposto do Selo por força no disposto na alínea a) do artigo 6.º, conjugado com o disposto na alínea s) do n.º 3 e no n.º 1, ambos do artigo 3.º do Código do Imposto do Selo.

Este contrato é feito em duplicado, composto por _____ páginas e devidamente assinado por ambas as partes, depois de declararem ter lido, compreendido e aceite todas as suas cláusulas.»

A Câmara, depois de analisar o assunto e concordando com a informação prestada pela Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana do Departamento de Planeamento e Urbanismo, **deliberou por unanimidade** atribuir as seguintes

comparticipações: a Joana Rute Esperança da Silva, a participação no valor de €17.543,07; a Rui Manuel Godinho Ribeiro a participação de €21.785,24; a Ilda da Silva Costa a participação de €3.225,90 e a Zeferino Ferreira Lourenço a participação de €5.389,02.

Mais deliberou, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, concordar com o teor da minuta do contrato de comodato e conferir poderes à Senhora Presidente para proceder à outorga do referido contrato.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

Ponto cinco

○■○■○ **Comissão Municipal de Toponímia**

Toponímia nas freguesia de:

5.1. Amor

DLB N.º 099408 | Retirado

5.2. Barosa

DLB N.º 0995/08 | Retirado

5.3. Barreira

DLB N.º 0996/08 | Retirado

5.4. Marrazes

DLB N.º 0997/08 | Retirado

5.5. Ortigosa

DLB N.º 0998/08 | Retirado

5.6. Pousos

DLB N.º 0999/08 | Retirado

Ponto seis

○■○■○ **Departamento de Desenvolvimento Económico, Espaços Verdes e Ambiente**

6.1. Análise dos seguintes assuntos relacionados com a Promoção do Desenvolvimento

CMLeiria/Acta n.º 16, de 2008.08.05

Im-DA-15-09_A00